



EXPRESSO		AVANTE	
SEMPRE FIXE		PORTUGAL SOCIALISTA	
TEMPO		POVO LIVRE	
O JORNAL	15.FEV.1980	ALAVANCA	
NOVA TERRA		UNIDADE	
VOZ PORTUCALENSE		LUTA POPULAR	
		PODER POPULAR	

Um exercício sobre austeridade

A. Sousa Franco

A tentação de fazer um balanço deste mês e meio da nossa vida colectiva é grande. Há que escolher, todavia, as tentações em que se cai; por esta vez, só meia tentação... O que deu mais nas vistas foi um Programa de Governo extremamente vago — embora contendo em si ameaças, ou germes de rupturas e confrontos institucionais — que naturalmente não teve história, dado ter maioria assegurada. Uma política externa de rompante, mais «para portugueses ver» que para real afirmação externa, mais «thatcheriana» do que alinhada com a política comum da CEE, mas excessivamente espalhafatosa, aí onde tinha razão (a invasão do Afeganistão e a condenação da medida arbitrária imposta a Sakharov) e razoavelmente confusa em outras áreas fulcrais, culminando com o caso rocambolesco da carta extraviada do presidente dos Estados Unidos, final condigno de uma exibição pouco feliz. Uma política de assalto aos lugares — e de «vigilância» sobre muitos «suspeitos», nas empresas e na Administração Pública, alguns dos quais até já aparecem em público com declarações pouco dignificantes, sobre os seus alinhamentos ou não alinhamentos políticos, a lembrar muito um «1974 ou 1975 ao contrário» —, vertida no verdadeiro saneamento em massa dos gestores da comunicação social, ao qual se seguiu já o controlo da contratação de jornalistas e depois, evidentemente, a «limpeza» dos jornalistas. Eleições são eleições, mas um país onde isto é possível sem recurso legal apropriado merece bem que tal aconteça, porque demonstra, pela falta de instituições e garantias contra o poder, que está longe de estar democraticamente institucionalizado. Enfim, prenúncios de uma política de reforma administrativa — com os «doze pontos» sobre a Administração Pública, quase só repetição de medidas em curso, muitas delas do anterior Governo — e os «quinze pontos» da política anti-inflação.

A síntese política disto é que se criou, mediante uma comunicação social dominada, como todos os poderes cambiantes, em Portugal, tiveram — e depois perderam — uma encenação de mudança, mais apontando para a «mudança de regime» que para a «mudança de Governo». Que, perante certa expectativa da oposição política e do mundo do trabalho, agora em começo de movimentação, se preferiu dispor as pedras para o jogo político que há-de vir, em vez de começar uma governação eficaz e determinada: desde o caos introduzido pela revisão dos actos administrativos à guerra das ratificações maciças, surge uma mistura de «teatro de condenação» (com o fácil «bode expiatório» do V Governo, e através dele — ou não — o Presidente Eanes) com a preparação da guerrilha contra o Presidente. Aos casos menores do impasse da comemoração do 25 de Abril, do adiamento (?) do Congresso das Comunidades, da suspensão da comemoração de Camões (que decerto haverá na sociedade portuguesa quem retome e promova, como há um século sucedeu, sem que a lição histórica haja aproveitado aos que repetem, como todos vamos repetindo, erros do século passado e erros da Primeira República), outros casos maiores por perto irão sendo artilhados em crescendo, e até já vão surgindo. O **eleitoralismo imediato** e a **estratégia já ruptura** são as duas chaves inequívocas de leitura da situação política nacional; e, por isso mesmo, a leitura técnica, em «segunda chave», das medidas tomadas tem menor interesse. Elas são todas instrumento de uma estratégia de tomada do Poder, impecavelmente executada desde 1977, e que entra agora na fase decisiva. Quem se lhe opôs então, não faria sentido que lhe aderisse agora — embora vamos assistir a muito «virar de casaca», dos mesmos que a viraram em 1975

para a nova situação gonzalvista, em 1976 para o mexicanismo socialista, em 1980 para o caudilhismo referendário. Quem lutou coerentemente contra tudo isto e, se o apoio maioritário legitima o exercício do poder, ele não deve mitigar o vigor da oposição e a denúncia dos erros ou das estratégias — não deixará de lutar contra as novas vagas. Mesmo que esteja condenado a ser sempre oposição, por pensar o mesmo no meio de correntes que mudam, abanando a pobre barca do Poder, enquanto Portugal é desgovernado e se vai atrasando cada vez mais. A luta pelo Poder — não apenas pelo seu exercício, mas pela sua conformação — prossegue: e 1980 vai ser mais um ano perdido na resolução dos concretos problemas de Portugal. Se for o último dos anos perdidos nesta série, não terá sido mau. No meio disto tudo, fixemo-nos nas «quinze medidas».

O programa económico-financeiro

Neste contexto, mero acidente — essencial para a satisfação das necessidades dos portugueses, mas accidental para o desenrolar das estratégias políticas — é a política económico-financeira. Mau sinal, mas é assim. Só será possível analisá-la a propósito do Orçamento e do Plano, no próximo Março, e a partir da concretização dos enunciados genéricos e vagos de medidas, agora tornados públicos. Mas a prioridade temporal dada à luta contra a inflação — que não contesto como prioridade cronológica, embora conteste como prioridade de grau — torna já muito sensíveis alguns dos traços do modelo económico adoptado pelo actual Governo.

Sublinho, desde logo, que ele tirou partido da melhoria da situação da balança de pagamentos, cambial e financeira externa, como o prenunciava o discurso de 3 de Janeiro, do Presidente da República. Discurso que veio a revelar-se — agora pelos factos, em especial a revalorização, que ninguém atribuirá certamente aos méritos deste Governo, mas à situação que, ao longo de dois anos, lhe foi criada e deixada — inquestionavelmente correcto no que disse, e julgo que pretensão dizer: que este Governo dispõe de meios para passar da mera austeridade a uma política de relançamento económico e justiça social. Mas que, naturalmente, não mencionou os factores negativos que existem, no contexto da crise europeia e mundial, e são também irrenunciáveis: o desequilíbrio financeiro das finanças públicas (impondo uma profunda reforma financeira), o desemprego, a quebra do investimento, a reduzida expansão da produção e a alta taxa de inflação. Está curada a doença cambial e a da balança de pagamentos: é tempo de atacar as outras. E, mais por continuidade que por mudança, tem o Governo meios para o fazer, como nenhum outro teve depois do 25 de Abril.

O modelo desta política tem alguns traços caracterizadores, que me parecem ser os seguintes:

a) — A medida-vedeta foi a **revalorização**, com directo efeito pretendido sobre a inflação importada (reduzindo o custo dos bens e serviços importados) e com efeito psicológico, tanto de prestígio (a «primeira revalorização») como de eventual contenção das expectativas psicológicas (que seriam ainda mais altamente inflacionistas, no momento de uma alta de preços que não andarão longe dos 20%). É evidente que se pretende também dar a ideia de **uma política pela primeira vez determinada sem influência de qualquer instância internacional** (o que é falso, porque já totalmente independente o foi a política do V Governo, como o sabe o actual ministro das Finanças); e também se visa corrigir os efeitos de uma desvalorização do escudo que, em relançamento ao cabaz das moe-

das com que mais transaccionamos, foi efectivamente excessiva — cumulativamente, 84,1% de 1977 a 1979 — assim aliviando o deslize do escudo que, aliás, já vinha sendo travado no ano passado (desceu em Julho de 1,25% para 0,75%, e as orientações do V Governo, antontem revogadas, apontavam para valores médios mensais de 0,5 a 0,6% em 1980). Mantendo o ritmo mensal de 0,75% de desvalorização rastejante, no final do ano chegar-se-á a uma desvalorização cumulativa de 3%.

Por outro lado, o Governo mantém a taxa de juro aos níveis actuais. Esta medida, como a anterior, é acertada, na conjuntura actual de inflação mundial e inflação interna: mas revelam ambas que o Governo não acredita lá muito em que «os preços vão descer», mas apenas que vai procurar travar uma subida maior (ainda assim por certo superior à taxa de 20% proposta, que julgo insusceptível de ser alcançada).

Enfim, os efeitos negativos desta medida sobre o sector produtivo são conhecidos: ela aumentará os ganhos do sector intermediário importador — público (compras para abastecimento público, petróleo, etc.) e privado — e reduzirá os rendimentos dos exportadores. E esta razão pelo qual pessoalmente teria preferido reduzir significativamente a taxa de desvalorização do escudo. Mas compreendo que o Governo tentou jogar num efeito psicológico — que todavia se não produzirá fortemente — e minimizar o custo das compras no exterior, designadamente em bens energéticos e abastecimento, lutando de imediato contra o efeito altista que teria. O Governo abateu 6% na factura do petróleo — mas também no património dos emigrantes e nas receitas dos exportadores.

b) — Nas «doze», como nas «quinze», contém-se uma série de medidas de austeridade pública. Pessoalmente, não posso deixar de estar de acordo com o princípio: em 1977, quando do primeiro «pacote» das medidas de austeridade, defendi que só era legítimo ao Estado impor austeridade aos particulares se começasse por si mesmo. E, se a maior parte das medidas anunciadas (sobre viagens ao estrangeiro, viaturas automóveis, mobilidade e controlo dos gastos com pessoal, controlo de novas admissões) já estavam tomadas pelos anteriores Governos, ou foram preparadas, isso apenas reduz o alcance propagandístico das medidas, mas não limita o seu acerto. Ponto é que, depois, não apareçam os ministros com carros mais luxuosos que os dos seus antecessores, e não façam viagens ao estrangeiro com 47 elementos de séquito, incluindo dois chefes de gabinete. Pois o efeito de tais medidas é exemplar e moralizador — e, se não dá o Governo o exemplo, não pode com justiça impor-se à Administração. O grande metro da austeridade pública é, porém, no sector administrativo, o orçamento consolidado da Administração Central que o Governo apresentará: estas medidas serão migalhas se não existir a austeridade que verdadeiramente conta — a orçamental —, sem prejuízo das medidas imprescindíveis de ajustamento dos escalões dos impostos profissional e complementar e da redução das taxas marginais insensatamente elevadas, em que todos os partidos concordam e que eu próprio já anunciei na Associação Comercial do Porto em Dezembro passado.

c) — A questão do **sector público empresarial** é algo mais complexa. A maior parte das medidas enunciadas — e muitas outras que importa tomar — vem, até agora, de diversas resoluções do V Governo, designadamente a resolução de Outubro que aprovou um Programa de Dinamização e Racionalização do Sector Empresarial do Estado, cujas propostas de execução o anterior Governo deixou em fase muito



avanzada. Mas o que o anterior Governo fazia para robustecer o sector público, parece, em certos sectores do bloco apoiante do actual Executivo, converter-se em ataque ao sector público; o que no anterior Governo representou, de uma forma geral, isenção na designação de gestores, parece estar a converter-se, pelas amostras, numa onda de saneamentos e numa vaga de insegurança que mais uma vez partidizará a gestão do Estado. E, se houver novas eleições, voltaremos à mesma: será que, em Portugal, cada eleição muda a Administração (como sucede com os gestores, com alguns directores-gerais, com as equipas negociadoras com a CEE, que assim vêem a sua eficácia e competência reduzida)? Não vemos que assim nos subdesenvolvemos, desperdiçamos valores, tornamos o País despojo dos partidos?

Não é correcto estabelecer — no domínio salarial ou em qualquer outro — regras diversas para o sector empresarial do Estado e para sectores privados concorrentes ou equivalente — salvo na estrita medida em que isso resulte de necessidades de transição, que estão a terminar, ou em função das utilidades sociais que prestem, medidas por indemnizações compensatórias previamente acordadas. Ora, diversas hipóteses de se fazer o contrário discutível.

Em suma: a situação de indefinição e ambiguidade que permanece sobre o sector empresarial do Estado é má e de mau prenúncio. Assim ela se não venha a desvanecer para dar lugar a certezas piores.

d) — A chave de todo este modelo é a **produtividade** — e é facto que ela tem melhorado em Portugal desde 1976 (o primeiro discurso económico de Mário Soares falou já da produtividade e da luta contra o absentismo). Ora, não sabendo ainda que medidas vão ser tomadas, uma coisa é certa: o modelo pressupõe uma resposta forte a curto prazo, em termos de satisfatório aumento da produtividade, e as condições apenas permitem prever essa resposta a médio ou longo prazo.

e) — Enfim, o modelo é ainda de **contenção no domínio salarial** — e em particular no sector público. A restrição introduzida ao pagamento de retroactivos para além de três meses é uma espécie de prémio ao protelamento das negociações colectivas: urge revê-la (mesmo que se não goste — e eu não gosto — da figura dos retroactivos, umas vezes ganho injustificado, mas outras vezes justa compensação). Por outro

lado, merecem discussão as regras fixadas quanto à fundamentação económico-financeira dos acréscimos salariais, subordinando-os, parece, ao duplo «colete» da contenção da alta dos preços e da produtividade, além das medidas próprias do sector público (aliás já desfavorecido, em meu entender injustificadamente, na última legislação publicada, em confronto com os trabalhadores do sector privado). Perante tantas incertezas, é caso para perguntar se os trabalhadores não vão ter saudades do tecto salarial — sobretudo se este fosse fixado em moldes compatíveis com uma moderada recuperação dos salários reais.

f) — Enfim, este programa anti-inflacionista aparece como uma **contrapartida dos aumentos de preços** que o Governo decidiu (e cujo critério, designadamente na ponderação relativa gás-óleo-gasolina, me parece discutível). Ora, tais aumentos exigem uma contrapartida em **dinamização e eficiência do sector empresarial** (e não apenas em medidas restritivas, que parecem mais temê-lo do que aproveitá-lo) e exigem **contrapartidas sociais**. Foi esta dupla contrapartida que — mal ou bem — o anterior Governo tentou encontrar, com a revisão de prestações sociais e com o programa de dinamização do sector empresarial do Estado. Em minha opinião, as medidas agora tomadas neste domínio são apenas recessivas (com excepção da revalorização) dominadas pelo objectivo da contenção anti-inflacionista, e não positivas, no sentido de justiça social ou melhor desenvolvimento das condições de produção. Ora, mais recessão não!

O futuro a Deus pertence

Não quero ser profeta, mas algumas previsões não são difíceis. No presente contexto, o Governo aproveitou as condições, que tinha para revalorizar no âmbito de um programa anti-inflacionista, sem anunciar — nem executar — medidas tendentes a outras prioridades fundamentais. Ou é esta a prioridade das prioridades da política económica do Governo, ou na prática em tal se converteu.

Se assim é, comprometida já a sua meta principal como julgo estar — os tais 20% de crescimento geral dos preços —, também vai ficar comprometido o objectivo da expansão do produto a 4% (mesmo que haja uma provável expansão do investimento). Ora, uma ordem de prioridades correcta consistiria em colocar as condições existentes de abandono relativo da austeridade

que o Governo aproveitou, para se meter por outro caminho de recessão a fim de relançar a produção. Para isso, depois da fase em que a expansão foi sustentada pelo consumo privado, depois da fase em que a expansão moderada foi sustentada pelo gasto público (mais consumo que investimento também), não seria de entrar numa fase de contenção do consumo privado e do gasto público — mais recessiva ainda, se atentarmos nas fracas possibilidades de expansão do investimento, aliás não garantidas por estas medidas. Seria, isso sim, necessário:

— **Tentar o relançamento da economia**, pela alta dos salários reais e pela expansão do investimento (que não pode descurar a componente pública nem esquecer a privada), o que expandirá a despesa e induzirá mais produção.

— **Compensar o contínuo decréscimo dos salários reais**, mediante uma política salarial tendente a aumentar na ordem de 1% os salários reais, numa base anual.

É evidente que neste contexto seria necessário conter a inflação — e teríamos apesar de tudo um pouco mais de inflação. E a balança de pagamentos teria algum défice — como défice vai ter em consequências das medidas agora tomadas. Mas lutar-se-ia contra a alternativa exasperante entre vários tipos de recessão — a recessão «balança de pagamentos» e agora a «recessão anti-inflação», através da qual vamos conduzindo uma política económica de costas viradas para o desenvolvimento e a justiça social. A ver vamos, todavia, o Orçamento e o Plano — sem esquecer que é tempo de tentarmos consensos e não «pequenas vitórias» sobre o nosso modelo de desenvolvimento.

É evidente, por outro lado, que uma política anti-inflacionista pressupõe uma certa estabilidade externa, no domínio dos preços (e não só) — a qual está longe de se encontrar garantida neste conturbado ano de oitenta — e uma certa estabilidade interna, designadamente no domínio político. Estará esta assegurada? Sem ela, como pensar que as expectativas dos sujeitos económicos se estabilizarão?

Em suma, aí temos mais um dos exercícios da nossa política de empobrecimento. Este é um exercício, certamente competente, como seria de esperar do ministro das Finanças, em muitos aspectos adequado e até corajoso. Mas falta-lhe o enquadramento essencial num conjunto coerente de medidas e numa hierarquia correcta de prioridades. E é, sobretudo, um exercício à beira do abismo (político nacional e económico internacional): não será culpa do ministro das Finanças se nele viermos a cair...